

Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Lisboa
www.ics.ul.pt

Working Papers

Mudança social em Portugal, 1960/2000

António Barreto

WP 6-02

Outubro 2002

Versão preliminar
Não deve ser citada sem autorização do autor
São bem-vindos os comentários e as críticas

First draft
Please do not quote without the author's permission
Comments are welcome

Please address correspondence to, António Barreto
Rua Miguel Lupi 18, R/C – 1200 LISBOA
- PORTUGAL
Tel. (351) 21 390 31 41; Fax: (351) 21 392 06 15
Email: abarreto@ics.ul.pt
URL: www.ics.ul.pt

Mudança social em Portugal: 1960-2000

António Barreto¹

Nas últimas quatro décadas, as mudanças na sociedade portuguesa foram dramáticas. Em profundidade e, sobretudo, muito rápidas. Em menos de quarenta anos, sendo embora o mesmo país, passou a viver-se numa sociedade muito diferente. É este um dos “mistérios” da nacionalidade e da identidade cultural: apesar das rupturas e das diferenças, a continuidade e a memória fazem com que os cidadãos se sintam pertencer ao mesmo país. Como veremos, alguns dos traços essenciais do Portugal de 1960, incluindo factores históricos de longa duração, desapareceram: não só elementos tradicionais, mas também aspectos estruturais da população e da sociedade, assim como características dos comportamentos e das mentalidades. Antes de passar em revista as mais relevantes mudanças sociais ocorridas nestas quatro décadas, importa referir alguns acontecimentos históricos que as acompanharam.²

Breve enquadramento

Nos finais da década de cinquenta e início da de sessenta, alguns acontecimentos marcam a cronologia histórica do país. Portugal é, em 1959, um dos fundadores da EFTA (European Free Trade Association), resposta de alguns países à criação do Mercado Comum europeu.³ O facto terá, no futuro imediato, importantes repercussões. Não só é esbatido um relativo isolamento político internacional do regime autoritário de Salazar,

¹ Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A maior parte dos elementos estatísticos a que se faz referência neste artigo provém das obras: António Barreto, “A Situação Social em Portugal, 1960-1995”, 1º volume, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa 1996; e “A Situação Social em Portugal, 1960-1999”, 2º volume, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa 2000. Duas outras fontes a que se recorre são: os “Anuários Estatísticos” e o “Portugal Social” do Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, vários anos; e a base de dados “New Cronos”, do EUROSTAT, Divisão de Estatísticas da União Europeia, Luxemburgo, vários anos.

² Muitos acontecimentos históricos tiveram influência decisiva na mudança social, como seja a revolução política de 1974. Mas não se deve perder de vista a relação inversa: a fundação do Estado democrático e a adopção de políticas liberais ficam muito a dever ao crescimento económico, à pressão das classes médias e às mudanças sociais ocorridas a partir dos anos sessenta.

³ Grã Bretanha, Suíça, Áustria, Suécia, Noruega, Dinamarca e Portugal. Finlândia e Islândia aderiram mais tarde. Em 1973, a Grã Bretanha e a Dinamarca (acompanhadas da Irlanda), abandonaram a EFTA para se juntarem ao Mercado Comum (Comunidade Económica Europeia).

mas, sobretudo, iniciar-se-á o primeiro processo de abertura da economia (do comércio e da indústria, especialmente) ao exterior, designadamente aos países europeus.⁴ Em poucos anos, o investimento externo em Portugal cresceu como nunca antes; surgiram empresas estrangeiras de fabrico e de montagem de aparelhos e máquinas; instalaram-se empresas industriais com o objectivo essencial de produzir para a exportação e com destino às economias desenvolvidas; e liberalizaram-se, embora moderadamente, as trocas comerciais com os países europeus, nomeadamente de produtos industriais.⁵ Anos houve, neste período, em que a produção industrial chegou a crescer mais de 20 por cento. Pela primeira vez, parecia haver uma alternativa industrial ao emprego agrícola, o que implicava nova organização do trabalho, salários superiores e emprego durante muito mais tempo em cada ano.⁶ Entre 1960 e 1973, o rendimento nacional por habitante cresceu a uma média superior a 6,5 por cento ao ano, com valores que, por vezes, ultrapassavam os dez por cento.⁷ Foi este o período de maior crescimento económico da história do país.

Nos primeiros anos da década de sessenta, a emigração portuguesa, que tradicionalmente se dirigia para o Brasil, outros países da América Latina, Estados Unidos, Canadá, África do Sul e colónias portuguesas de África (sobretudo Angola e Moçambique), passa a encaminhar-se de preferência para a Europa, muito especialmente para França. Ao mesmo tempo, o número de emigrantes que, anualmente, saem de Portugal, atinge volumes muito altos, anteriormente desconhecidos. A partir de meados da década de sessenta, o saldo migratório anual ultrapassa largamente o saldo fisiológico, o que quer dizer que a população decresce em termos absolutos.

De certo modo coincidindo com este fluxo migratório, outro acontecimento marca este tempo: o início do turismo de massas para Portugal. A origem é essencialmente europeia (britânica, alemã, espanhola, etc.); o destino é a costa Sul do país, nomeadamente o Algarve. Em poucos anos, o número anual de turistas passa a atingir os

⁴ Segundo um estudo da EFTA, o produto industrial português cresceu muito significativamente, entre 1960 e 1965, graças aos efeitos deste novo enquadramento internacional: quase 80%; enquanto as exportações para a EFTA terão aumentado mais de 140%; no mesmo período, o aumento das exportações totais portuguesas correspondente terá sido de apenas 76%. Ver EFTA, "The Effects of EFTA on the Economies of Member States", Genebra 1969. Ver ainda V. Xavier Pintado, "Structure and Growth of the Portuguese Economy", (2ª edição), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa 2002.

⁵ Apesar da abertura, o governo português pretendeu manter sob protecção especial um certo número de sectores, de empresas e de mercadorias (cujo desarmamento aduaneiro seria mais gradual e demoraria mais tempo). Esse era o objecto do Anexo G da Convenção de Estocolmo, que criou a EFTA e entrou em vigor no primeiro semestre de 1960.

⁶ Segundo relatórios oficiais da época, nas regiões agrícolas do Sul, nomeadamente o Alentejo, o Algarve e o Ribatejo, a média de dias de trabalho de um assalariado rural oscilava entre 140 e 160 dias por ano (cerca de 1960).

vários milhões. Os efeitos deste fenómeno foram importantes, não só para a balança de pagamentos, como também para as actividades (hotelaria, comércio, construção, imobiliário, etc.) de várias regiões, sobretudo litorais, onde as alternativas à agricultura demoravam a surgir e onde o surto industrial, presente sobretudo em redor das áreas metropolitanas, não tinha ainda chegado.

Finalmente, o ano de 1961 representa, politicamente, um momento excepcional da história moderna do país. No primeiro trimestre, iniciam-se as operações militares em Angola, após os movimentos independentistas terem desencadeado a luta armada.⁸ O governo português responde com o envio de forças armadas: começa a guerra colonial, alastrada depois à Guiné e a Moçambique, que vai durar quase treze anos, representar perto de cinquenta por cento da despesa pública e mobilizar, em média, cerca de 200.000 soldados em armas por ano.⁹ Ainda nesse ano, em Dezembro, depois de vários anos de hostilidades políticas e de quezílias de fronteira, as forças armadas da União Indiana invadem e conquistam o Estado português da Índia (composto por três parcelas principais, Goa, Damão e Diu), o que constituiu a primeira perda colonial de Portugal no século XX, mas de facto virá a ser o início do fim do Império.¹⁰ A guerra colonial será, durante mais de dez anos, o elemento crucial da vida nacional, condicionando toda a política, cativando uma parte muito considerável dos recursos orçamentais e reforçando a severidade da ditadura (partido único, polícia política, censura à imprensa, sindicatos oficialmente homologados, etc.). Depois da substituição de Salazar por Marcelo Caetano, será ainda a guerra colonial que condicionará o rumo político seguido, liquidando as pressões liberais da sociedade e mesmo as eventuais veleidades, no mesmo sentido, do novo governo.¹¹

Nas duas décadas seguintes, anos setenta e oitenta, novos acontecimentos terão influência decisiva na evolução social do país. A revolução de 1974/76 alterou

⁷ Ver António Barreto, "A Situação social...", op. cit.

⁸ O MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola, iniciou operações de guerrilha na cidade de Luanda, em Fevereiro de 1961. No mês de Março seguinte, foi a vez da UPA, União dos Povos de Angola, ter levado a cabo, em vastas regiões rurais do Norte, várias acções de terror contra especialmente os fazendeiros e seus trabalhadores.

⁹ O que representava mais de 2 por cento da população total do país, taxa que nenhum outro país ocidental registou em nenhuma guerra colonial, nem ultramarina, como a do Vietname.

¹⁰ Todas as restantes colónias portuguesas tornar-se-ão Estados independentes em 1974 e 1975 (sendo Timor um caso especial, pois foi declarada a independência em 1975, tendo-se-lhe seguido a anexação pela Indonésia, só recuperando a independência, graças à intervenção das Nações Unidas, em 2002).

¹¹ Um acidente doméstico, seguido de uma complicação pós operatória, obrigará o Presidente da República a substituir Salazar, após quase quarenta anos de poder pessoal e absoluto. Salazar virá a morrer em 1970. Caetano era uma das principais figuras históricas do regime dito de Estado Novo.

radicalmente a vida política, o que teve implicações sociais, culturais e económicas de grande dimensão.¹² Entre outras consequências, condicionou a rápida descolonização que se lhe seguiu e trouxe para o país cerca de 650.000 expatriados de África, nomeadamente Angola e Moçambique.¹³ Assim foi encerrado o ciclo colonial de Portugal, tal como foram cortados, talvez irremediavelmente, os vínculos ultramarinos do país.¹⁴ As relações económicas foram drasticamente reduzidas.¹⁵ As perspectivas de emigração de portugueses para África – uma constante da história recente do país – desapareceram. O papel político do Estado português ficou reduzido ao seu território europeu.

Consequência imediata da revolução foi ainda a nacionalização de vastos sectores produtivos e de numerosas empresas, no que representou um real desmembramento ou destruição dos grupos económicos privados. Além disso, as explorações agrícolas de uma parcela importante do território agrícola do país foram objecto de ocupação e de nacionalização, num complexo processo de “reforma agrária” de cariz colectivista.¹⁶ Durante um ou dois anos, viveu-se um período em que se tinha processado uma inversão de poderes políticos e sociais. Trabalhadores, técnicos, grupos políticos, partidos, sindicatos e militares revolucionários exerciam, espontânea ou legalmente, os poderes e as competências das autoridades. Sucederam-se os governos de composição maioritária esquerdista, com participação de militares revolucionários. Após um processo político rápido e pacífico (tal como, em grande parte, tinha sido a revolução), baseado sobretudo na realização de eleições, na aprovação de uma Constituição e na reposição da autoridade administrativa e legal constitucional, foi fundado um regime democrático e parlamentar. A gradual “normalização” significou que foram repostas as normas legais de garantia aos

¹² Para efeitos de sistematização, poder-se-ão distinguir várias fases naquele que foi um processo muito complexo: o golpe de Estado militar de 25 de Abril de 1974; uma revolução política e social entre 1974 e 1975; uma contra-revolução democrática entre finais de 1975 e 1976 (este foi o ano em que se aprovou uma Constituição democrática, se realizaram eleições legislativas, presidenciais e municipais e foi formado o primeiro governo democrático); um período de “normalização” democrática, entre 1976 e 1982, até à revisão da Constituição (donde foram retirados vários princípios propriamente revolucionários e de tutela militar sobre alguns órgãos de soberania) e à aprovação das novas leis das forças armadas. Os aspectos mais políticos de todo este processo não serão aqui tratados. Mas esta experiência teve profundos efeitos nos comportamentos sociais e culturais.

¹³ A prossecução da guerra colonial, sem perspectivas de resolução política, foi o factor determinante para a iniciativa e a acção dos militares. Num país que vivia sob ditadura, não havia alternativa para qualquer outra intervenção. Por outro lado, uma actuação militar deste cariz acabaria forçosamente por ter uma dimensão política drástica, isto é, o derrube do regime.

¹⁴ Por vários motivos, incluindo as sequelas da guerra e do processo de descolonização, as relações entre Portugal e os novos Estados independentes são, quase trinta anos depois, erráticas e muito débeis.

¹⁵ As exportações para as colónias, feitas em regime proteccionista, chegaram a representar quase um quarto do comércio externo de Portugal. Algumas matérias primas, como o petróleo, o café, os diamantes, o açúcar, as oleaginosas, o sisal, o algodão e alguns minerais, desempenhavam um papel muito importante na balança comercial da metrópole.

¹⁶ Ver António Barreto, “Anatomia de uma revolução – A Reforma Agrária no Alentejo, 1974/76”, Publicações Europa-América, Lisboa 1986. No total, cerca de 1 milhão e duzentos mil hectares foram ocupados e passaram para as mãos de “unidades colectivas de produção”: cerca de 14 por cento da superfície do país, ou um quarto da área agrícola útil.

direitos fundamentais, incluindo os de propriedade; regressaram a Portugal todos os que, por motivos vários, se tinham entretanto exilado; e foram repostas as regras de funcionamento do mercado.

Quase no seguimento da revolução política, Portugal apresenta a sua candidatura à Comunidade Económica Europeia (hoje União Europeia, UE), que é aceite, de princípio, em 1977, e se torna efectiva a partir de Janeiro de 1986. Começa então o “segundo impulso” europeu da economia e da sociedade portuguesa, depois do primeiro, o da EFTA e da emigração dos anos sessenta. Este novo estímulo é, todavia, mais radical. A UE representa hoje três quartos da balança comercial portuguesa. As empresas nacionais estão muito estreitamente ligadas às multinacionais e aos grupos económicos europeus. O proteccionismo económico nacional praticamente desapareceu. Portugal é hoje uma das economias mais abertas da Europa, facto esse medido pela proporção do seu comércio externo relativamente ao produto nacional. No início do século XXI, Portugal integrou o grupo de países que adoptou o euro como moeda única.¹⁷

Foi nesta segunda fase, de 1976 ao fim do século, que se fundou e consolidou o sistema político democrático e parlamentar, baseado nos direitos cívicos e políticos fundamentais, assim como no sufrágio universal e na liberdade de acção política, o que aconteceu pela primeira vez na história.¹⁸ Foi neste período que se garantiu a independência do poder judicial e que a maior parte dos órgãos de imprensa e de informação se tornaram independentes do Estado e livres de qualquer censura política. Talvez pela primeira vez em dois séculos, assiste-se a uma espécie de “consenso constitucional”: uma forte maioria dos votos expressos em eleições e dos deputados eleitos concorda com o sentido geral da Constituição.¹⁹ Ao contrário do que se passou em boa parte dos séculos XIX e XX, a natureza do regime (República ou monarquia, por exemplo) não está em causa e as suas fundações democráticas são aceites pela quase

¹⁷ Ver António Pinto Barbosa (org.), “O impacto do euro na economia portuguesa”, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1999; assim como “As implicações sociais do euro”, in António Barreto, “Tempo de incerteza”, Relógio d’Água, Lisboa 2002.

¹⁸ Segundo uma certa tradição cultural e historiográfica, Portugal conheceu outros períodos de democracia, como, por exemplo, algumas décadas no século XIX (período da monarquia constitucional) e a chamada “Primeira República”, de 1910 a 1926. Pode afirmar-se que, nesses períodos, momentos houve em que as liberdades fundamentais eram praticadas e mais ou menos garantidas; e em que existia e reunia uma instituição parlamentar (aliás, várias vezes dissolvida). Mas a capacidade eleitoral estava reduzida a uma ínfima parte da população (as mulheres, os indigentes, os desempregados e os analfabetos estiveram quase sempre afastados). O Parlamento dependia mais do governo e do monarca do que o contrário. E o ou os principais partidos políticos comportavam-se quase como em ditadura.

¹⁹ O facto, pouco usual no mundo ocidental, de a Constituição ter sido revista cinco vezes em 25 anos, não nega esta afirmação, antes a confirma. Com efeito, são precisos dois terços dos votos para aprovar uma revisão. Quer isto dizer que foi possível encontrar uma tal maioria tantas vezes quantas foi julgada necessária pelos dois partidos mais representativos, o PSD e o PS.

totalidade da representação popular. Não existe uma “questão religiosa”, em contraste com outros momentos dos dois últimos séculos. Pela primeira vez desde há muitas décadas, não existem exilados políticos, não há detidos por delito de opinião e nem sequer existe o conceito de “crime político”. Parece pouco, mas são novidades para a história moderna do país.

A mudança social

Com estes acontecimentos formando um pano de fundo histórico e político, vejamos as principais tendências da mudança social operada. A população envelheceu a um ritmo superior ao dos outros países europeus. Portugal tinha, há cinco décadas, a mais jovem população da Europa. Já não é hoje o caso. E, embora não seja a mais velha, é uma das que envelhece mais rapidamente. Desde os finais dos anos noventa, talvez desde 2000, a proporção dos idosos, com mais de 65 anos, na população total, passou a ser maior do que a dos jovens de menos de 15 anos.²⁰ A esperança de vida aumentou consideravelmente, passando de 60 e 66 anos (homens e mulheres), em 1960, para 73 e 79, respectivamente, em 2001. A grande responsável pelo envelhecimento é a quebra da natalidade: passou a ser uma das mais baixas da Europa (11‰ actualmente), depois de ter sido, nos anos sessenta, a mais alta (24‰). O mesmo aconteceu com o índice de fecundidade (actualmente 1,4 por mulher em idade fértil; era, em 1960, de 3,4). A mortalidade geral (10,6‰) manteve-se relativamente estável, mas a mortalidade infantil foi drasticamente reduzida: de mais de 80‰, em 1960, para menos de 7‰ nos dias que correm.

A dimensão das famílias baixou consideravelmente e situa-se hoje perto das 2,8 pessoas por agregado. Causa e consequência desse facto, a natureza das famílias mudou também. Estamos hoje essencialmente em presença da família estritamente nuclear, de uma ou duas gerações, na qual trabalham o pai e a mãe. São cada vez em menor número as famílias reunindo, sob o mesmo tecto, mais de duas gerações. Como são também em reduzida proporção do total os agregados familiares de dimensões superiores a cinco ou seis pessoas. Crescem os números das uniões de facto, das famílias monoparentais e das

²⁰ Facto confirmado pelo Recenseamento Geral da população de 2001, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

famílias de um só indivíduo. Aumentou o número de divórcios (1 divórcio por cada 4 casamentos) e de segundos casamentos.²¹ Cresce significativamente o número de filhos fora do casamento: pertence a este grupo um em cada quatro nascimentos.²²

Um país tradicionalmente de emigração transformou-se num país de imigração: eis talvez uma das mais dramáticas mudanças ocorridas em Portugal nas últimas décadas.²³ Entre 1960 e 1973, mais de um milhão e meio de portugueses abandonaram o país para trabalhar no estrangeiro. Rompendo com as tradições seculares, os emigrantes deixaram praticamente de se dirigir para o Brasil e outros países da América Latina, e preferiram o destino europeu, designadamente a França, logo seguida da Alemanha, da Bélgica, do Luxemburgo e da Suíça (mais tarde, a Grã Bretanha, a Holanda e a Espanha). Há como que uma “urgência”, neste surto migratório. A tal ponto que o número de emigrantes “ilegais” ultrapassa o de legais.²⁴ Na primeira metade dos anos setenta, a emigração reduziu-se, até porque a situação económica e social internacional (recessão e choque do petróleo) contribuiu nesse sentido. A descolonização teve como efeito o regresso (ou a vinda, dado que muitas pessoas tinham nascido nas colónias e bastantes nunca tinham visitado a metrópole) de várias centenas de milhares de pessoas (talvez 650.000) previamente residentes nas colónias. A sua integração na sociedade e na economia fez-se rapidamente e sem incidentes ou conflitos dignos de registo.

²¹ Até 1975, por efeito conjugado das leis em vigor e da Concordata (assinada entre o governo português e a Santa Sé), o divórcio dos casamentos católicos (que eram a grande maioria) era interdito. A partir desse ano, graças à revisão da Concordata e à provação de novas leis civis, o divórcio passou a ser permitido.

²² O sentido geral da evolução demográfica portuguesa foi o de uma aproximação dos padrões europeus conhecidos: envelhecimento, quebra da natalidade, alongamento da esperança de vida, redução da fecundidade, diminuição das dimensões dos agregados familiares, aumento das uniões de facto e dos filhos fora do casamento, acréscimo das famílias monoparentais, crescimento do número de divórcios, etc. O que sobressai, no caso português, é o facto de todos estes acontecimentos demográficos se terem de certo modo iniciado mais tardiamente do que no resto da Europa. Em consequência, foram muito mais rápidos, tendo, em muitos casos, ultrapassado as médias europeias (quebra de natalidade, redução do índice de fecundidade e ritmo de envelhecimento).

²³ Também neste caso deve recordar-se que não se trata de fenómenos absolutamente inéditos ou únicos na Europa. Outros países, como a Itália e a Espanha, eram, em meados do século, países de emigração e recebem hoje muitos mais estrangeiros do que os nacionais que emigram para outros países. Relativamente aos padrões demográficos e sociais europeus, a especificidade portuguesa nota-se sobretudo nos ritmos e na cronologia, mais do que na natureza dos factos. Nos anos sessenta, Portugal registava o mais alto índice de emigrantes, relativamente à população residente. Nos anos setenta, o regresso de expatriados de África constituiu, proporcionalmente à população, o maior fluxo de pessoas retornadas bruscamente ao país de origem: mais de 7 por cento num só ano. Nos finais dos anos noventa, Portugal é o país europeu onde cresce mais rapidamente a proporção de imigrantes estrangeiros.

²⁴ A política oficial portuguesa foi sempre ambígua, talvez propositadamente. Por um lado, o governo não queria reconhecer publicamente o facto, como se este fosse uma demonstração do mal estar social do país. Além disso, as exigências militares obrigavam a uma tentativa de controlo de movimentos, a fim de manter os níveis de recrutamento desejáveis. Por outro lado, a emigração interessava ao governo por, pelo menos, dois motivos. Primeiro, aliviava as tensões sociais de grandes áreas do país, nomeadamente o Norte e o interior. Segundo, as remessas financeiras dos emigrantes, após estes se fixarem, constituíam um substancial apoio à balança de pagamentos.

Mantiveram-se correntes de emigração, a partir de Portugal, mas em volumes muito mais reduzidos.²⁵

Mas, em pouco tempo, efectuou-se uma verdadeira inversão do movimento de população. Com efeito, durante a década de oitenta, foi-se gradualmente consolidando uma corrente de imigração com origem no Brasil e nas antigas colónias. Também um número crescente de europeus escolheu Portugal como residência ou local de trabalho (pessoas ligadas aos negócios e aos novos investimentos estrangeiros, agricultores, reformados, etc.). Em meados dos anos noventa, já a população estrangeira residente (legalizada) alcançava os 2% do total. Persistia uma pequena corrente de emigrantes portugueses para o estrangeiro, não alcançando, em média anual, os dez mil definitivos e os quinze mil temporários. Gradualmente, a partir dos anos 1995/7, o saldo passou a ser positivo, isto é, o número de imigrantes ultrapassou o de emigrantes.²⁶ A partir dessa altura, surgiu, com surpreendente rapidez, uma nova corrente de imigração: a de trabalhadores da Europa central e de Leste, designadamente de ucranianos, russos, romenos, antigos jugoslavos e moldavos. Em menos de dez anos, a população estrangeira residente chegou aos 4% do total.

Processou-se de modo completo a integração nacional, administrativa, territorial e social. É verdade que o país é homogéneo, o poder administrativo vigora há muito em todo o território e algumas realidades como a moeda, a língua, as leis e as forças armadas tinham já carácter nacional. Mas o certo é que uma grande parte do país vivia a ritmos diferentes da capital e das principais áreas urbanas.²⁷ Vários fenómenos contribuíram para essa integração, incluindo a mobilização para as guerras coloniais, a generalização da televisão, a expansão dos serviços de saúde e de segurança social e o estabelecimento de redes escolares, postais e bancárias que, finalmente, cobriam todo o país. Mas o elemento mais importante terá certamente sido a integração da população activa, com relevo para as mulheres. Estas passam a estar presentes em todas as empresas, profissões,

²⁵ Emigração tradicional da Madeira e dos Açores, sobretudo para os Estados Unidos, o Canadá, a Venezuela e a África do Sul. Emigrantes sazonais para os trabalhos agrícolas (beterraba, vindimas, etc.) em Espanha, em França e na Suíça. Emigração regular para alguns países que, como a Suíça, não são membros da União Europeia.

²⁶ Sendo certo que, com a União Europeia, a livre circulação de pessoas e o “Espaço Schengen”, se tornou impossível manter uma estatística exaustiva e rigorosa dos movimentos de população dentro das respectivas fronteiras.

²⁷ Era a este propósito que Adérito Sedas Nunes fala de “Portugal, sociedade dualista em desenvolvimento”, no seu artigo mais conhecido. Ver “Antologia sociológica”, (Maria Filomena Mónica, organizadora), Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa 2000.

escolas e universidades.²⁸ Modificou-se profundamente a presença da mulher na sociedade e no espaço público.²⁹ No início da década de sessenta, as mulheres representariam cerca de 20 por cento da população activa empregada; três a quatro décadas depois, a sua parte eleva-se a praticamente 50 por cento. Em muitos sectores de actividade, como a Administração Pública e os serviços (especialmente na saúde e na educação), as mulheres são maioritárias. A população estudantil universitária é maioritariamente feminina (cerca de 56 por cento) e são as mulheres que, anualmente, obtêm a maior parte (65 por cento) dos diplomas universitários. Esta mudança, associada à evolução cultural das últimas décadas, foi responsável por uma alteração importante na distribuição sexista de poderes: uma sociedade patriarcal e masculina tem vindo a ceder o passo a um mais visível equilíbrio entre os sexos.³⁰

Este fenómeno de integração envolveu também camadas populacionais mais jovens. Com o desenvolvimento da “cultura jovem” e da categoria etária e social “jovem”, nasceu um novo segmento geracional activo, eleitor, consumidor e produtor: os jovens. Com a evolução da economia e do sector da educação, as jovens gerações adiaram por vários anos a sua entrada na vida profissional. Estão presentes nas escolas secundárias e nos estabelecimentos de ensino superior, que entretanto cresceram em número e em dimensão. Praticamente isentos de serviço militar, deixaram de ter diante de si esse vínculo à administração e ao serviço público. Com direito a voto aos 18 anos (desde 1976), são objecto de especial atenção por parte dos partidos políticos e das autoridades. São atraídos pelas juventudes partidárias para colaborar nas campanhas políticas. São solicitados pelo comércio e pela publicidade. Têm, nos locais de divertimento, nos espaços públicos culturais e na vida nocturna (bares, discotecas, etc.) os seus pontos de encontro, protagonizando uma marca indelével nas cidades.

A terciarização foi rápida e completa, com a redução drástica do sector primário e a estabilização da população industrial. O sector primário, ainda maioritário nos anos sessenta, foi-se reduzindo à menor expressão (menos de 8% em 2000). Ao contrário do

²⁸ Até 1976, algumas profissões eram legalmente reservadas aos homens: a carreira judicial e a do Ministério Público; a diplomacia; a polícia; e as forças armadas.

²⁹ Muitos dos seus direitos de cidadania (voto, capacidade legal e comercial, passaporte, liberdade de circulação, etc.) só lhes foram reconhecidos a partir da década de setenta, nomeadamente após a revolução e a aprovação da Constituição de 1976.

³⁰ A desigualdade salarial, em Portugal como noutros países, está ainda bem presente na economia privada. Nos últimos vinte anos, é notória uma tendência para a respectiva aproximação, mas a distância ainda se estabelece, para trabalho igual, à volta dos 15 a 20 por cento, a favor dos homens. Na Administração Pública, no entanto, a igualdade é a regra legal e, na prática, efectiva.

que aconteceu nos países da Europa ocidental, nunca a indústria foi o sector mais importante de ocupação da população activa. O sector dos serviços passou directamente do último para o primeiro lugar na ocupação de mão de obra e no emprego. Cresceu muito marcadamente a Administração Pública: os cerca de 196.000 funcionários das administrações central e local, de 1968, eram, em 1983, 516.000 e são, em 2001, mais de 716.000. Aumentaram significativamente os funcionários dos sectores da educação e da saúde. Assistiu-se a uma expansão previsível do comércio, da restauração e hotelaria, do sistema bancário e dos serviços de telecomunicações. Em paralelo com a terciarização, reforçaram-se a litoralização e a urbanização. Prosseguiram as migrações internas, levando a população a concentrar-se no litoral e nos centros urbanos, de preferência nas duas grandes áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas também à volta de alguns pólos de crescimento urbano que melhor resistiram à desertificação: Braga, Aveiro, Coimbra, Viseu, Évora e Faro.

A composição social e profissional da população residente e da população activa sofreu, nestas quatro décadas, transformações profundas. Segundo os Censos, a população empregada no sector primário passou de 43,6 por cento (em 1960) para 10,9 por cento (em 1991), sendo actualmente de cerca de 7 por cento. A do sector secundário subiu, no mesmo período, de 28,9 para 37,9 por cento, podendo ser hoje de 34 a 36 por cento. A do sector terciário saltou de 27,5 para 51,3 por cento e será talvez, em 2002, de 55 por cento. Nunca a população activa portuguesa foi maioritariamente industrial ou empregada no sector secundário, o que, na Europa, é caso único.³¹

As mulheres são hoje maioritárias na população activa dos sectores primário e terciário, sendo ainda minoritárias no secundário. Globalmente, as mulheres são praticamente metade da população activa empregada. Os indicadores publicados não permitem observar uma série homogénea dos anos sessenta até 1974. Mas as estimativas existentes permitem verificar que foi neste período que as mulheres foram definitivamente integradas na população activa empregada. Em 1960, as mulheres não deveriam representar mais de 20 a 25 por cento do total. A industrialização e a

³¹ A análise das estimativas anuais e dos inquéritos anuais ao emprego sugere que, algures na década de setenta, a população do sector secundário poderá ter sido esporadicamente maioritária. Mas não é o que resulta das análises de médio e longo prazo, nem dos resultados dos Censos da população.

terciarização estão na origem desse facto, mas, ainda mais especialmente, foram a emigração e as guerras coloniais que trouxeram as mulheres para o emprego.

Ao longo dos últimos 25 anos, a população activa foi acrescentada de cerca de um milhão de pessoas (até 1,2 milhões), totalizando hoje cerca de 5 milhões, mais ou menos metade da população residente. Estes acréscimos são principalmente da responsabilidade do sector terciário (mais 781.000 mulheres e 397.000 homens), seguido do secundário (mais 304.000 homens e 150.000 mulheres). Entretanto, o sector primário terá perdido pelo menos 650.000 trabalhadores. Mais ainda, se contarmos todos os que, homens e mulheres, camponeses, seus familiares e trabalhadores, constituíam a população agrícola: mais de 1.630.000 foram os que abandonaram as explorações agrícolas desde 1968.³²

A composição profissional e social da população activa registou também alterações. Globalmente, a proporção de patrões mais do que duplicou (de 2,6 para 5,8 por cento); a de isolados (trabalhadores independentes) aumentou ligeiramente (de 16 para 19 por cento), assim como a de trabalhadores por conta de outrem (de 65 para quase 70 por cento). Mudanças mais importantes, na distribuição social e profissional, verificaram-se na população activa feminina. A proporção de patroas (em cada categoria da população activa dos dois sexos) passou de 10 para 26 por cento; a de isoladas, de 22 para 46; a de trabalhadoras por conta de outrem, de 35 para 45. Ao invés, a parte das trabalhadoras familiares (empregadas domésticas) desceu consideravelmente, de 80 para 58 por cento.

As estatísticas do desemprego, pela sua relação directa com a conjuntura económica, nem sempre reflectem estruturas e tendências sociais profundas. Sublinhe-se todavia que, ao longo de 25 anos, o desemprego global nunca terá ultrapassado os 10 por cento da população activa (ao contrário do que se passou na maioria dos países da União Europeia). Tendencialmente, a taxa de desemprego feminino é sempre superior à masculina (normalmente, 15 a 20 por cento superior); em períodos de crise económica e de maior desemprego, a diferença pode atingir os 50 por cento a mais de mulheres desempregadas. Tendencialmente também, as taxas de desemprego afectam mais as populações jovens; os trabalhadores de ambos os sexos da indústria e dos transportes; as mulheres empregadas em serviços domésticos; os trabalhadores por conta de outrem com

contrato a prazo; e os trabalhadores (homens e mulheres) sem grau de instrução ou com apenas o ensino básico.³³

Quanto ao tipo de contrato dos trabalhadores por conta de outrem, a maioria possui um contrato permanente ou um contrato sem prazo; e cerca de 12 a 20 por cento do total trabalha ao abrigo de contratos a prazo. Esta situação é muito oscilante, pois está na dependência directa e imediata da conjuntura económica.³⁴ Os dados relativos à regulamentação colectiva de trabalho revelam, apesar de algumas oscilações, uma tendência para a integração: são cada vez mais os instrumentos de regulamentação negociados e mais elevado o número de trabalhadores atingidos. Nas duas últimas décadas, regista-se também uma tendência, mau grado variações, para a diminuição de conflitos de trabalho, medidos estes pelo número de greves, de trabalhadores abrangidos e de dias de trabalho passados em greve.

As comparações de Portugal com os restantes países da União Europeia revelam alguma consistência com outros indicadores demográficos, sanitários e educativos: assiste-se a uma aproximação, por parte de Portugal, dos padrões europeus relativamente às estruturas sociais. As taxas de actividade masculina e feminina, gerais ou por grupos etários, são semelhantes, exibindo Portugal valores acima de certos países e abaixo de outros. O mesmo é válido para as taxas de emprego. Já a taxa anual de variação de emprego revela algumas realidades interessantes. Entre 1960 e 1990, as médias das taxas de variação anual foram, em Portugal, inferiores à média da União, sendo mesmo as mais baixas de todas, país a país. Recorde-se que, neste primeiro período, se assistiu ao maior fluxo de emigração de Portugal para a Europa. A partir de 1987 e até finais dos anos noventa, Portugal exhibe taxas anuais, na maior parte dos casos, superiores à média europeia. O país coloca-se entre aqueles que exibem os mais altos valores: Espanha, Holanda, Irlanda, Luxemburgo e Portugal.

³² É a data do mais antigo “Inquérito às explorações agrícolas do continente” (do Instituto Nacional de Estatística) que serve de referência para as últimas décadas.

³³ Note-se que, nos últimos anos (1991 a 1999), começa a tomar algum significado o “desemprego qualificado”: pessoas com um grau do ensino superior (em geral licenciatura) ou pós-secundário e quadros dirigentes e intelectuais. Os respectivos montantes poderão já ultrapassar os 20.000 a 23.000, dos quais cerca de 12.000 com licenciatura.

³⁴ Os sectores ditos de “economia informal”, de “economia paralela”, de “mercado de trabalho ilegal”, de “trabalho negro”, de “trabalho sem contrato”, etc., podem representar uma parte importante da força de trabalho e pesar, conforme a conjuntura, nos volumes de desemprego. Mas nada se sabe de seguro sobre estas realidades e as estimativas são tão díspares (oscilam entre 1% a 10% do total de trabalhadores por conta de outrem) que não vale a pena considerá-las.

A estrutura do emprego, por sectores de actividade, mostra uma diferença marcante entre Portugal e a maioria dos países europeus. Assim, Portugal tem a segunda maior taxa de emprego agrícola (13,7 por cento do emprego total), depois da Grécia (17,7). A média europeia é de 4,6 por cento e quase todos os países se situam abaixo dos 6. A taxa de emprego na indústria (36 por cento) é a mais alta de todas (média europeia de 29,5 por cento), encontrando-se todos os países entre os 20 e os 30 por cento. A taxa de emprego nos serviços (50,2 por cento) é a mais baixa da União (média de 65,7 por cento), sendo que todos os países mostram valores entre os 60 e os 75 por cento. Por outro lado, as taxas de emprego feminino na agricultura e na indústria são, em Portugal, as mais elevadas da União Europeia.

A evolução do desemprego, ao longo das décadas de oitenta e noventa, mostra que Portugal se situa entre os quatro com mais baixas taxas (Áustria, Holanda, Luxemburgo e Portugal) sempre com valores marcadamente inferiores às médias da União. Estas últimas, na década de noventa, estiveram quase sempre acima dos 10 por cento, o que nunca se verificou em Portugal nem naqueles três outros países. Pelas outras características do desemprego (género, idade, duração, sector de actividade e profissão), não se nota um comportamento específico de Portugal.

Finalmente, as remunerações dos assalariados: quaisquer que sejam os termos de comparação, Portugal ocupa sempre, destacado, o último lugar. Muito longe dos países mais ricos e das médias europeias; e ainda longe da Espanha e da Grécia. Os valores portugueses, em 1998 (em Paridade de Poder de Compra), ficam-se em 63 por cento da média europeia, 71 da Espanha, 91 da Grécia e 57 da França. Esta situação é já muito diferente do que era ainda em 1980. Nessa altura, os vencimentos dos portugueses, trabalhadores por conta de outrem, ficavam-se pelos 45 por cento da média europeia; 67 da Grécia; e 41 da França.

A remuneração média horária do trabalhador manual na indústria mostra igualmente Portugal em último lugar, com valores que podem ser um terço ou metade dos outros países, incluindo mesmo a Espanha e a Grécia. É aliás possível que as diferenças de salário entre os vários países sejam mais marcadas nos grupos profissionais menos qualificados. Um indicador frequentemente utilizado (ganhos médios mensais líquidos de um casal de operários manuais, na indústria transformadora, com dois salários, sem

filhos) revela uma grande distância entre Portugal e os restantes países: 48 por cento da Grécia, 40 da Espanha e 34 da França.³⁵

O Estado de protecção social universalizou-se. Este fenómeno foi particularmente visível no caso da segurança social, onde, por exemplo, o número de pensionistas passou de 56.000, em 1960, para 2,5 milhões, em 2000. Tenham ou não contribuído durante a sua vida de trabalho, todos os cidadãos têm direito a uma reforma de velhice, assim como a pensões de invalidez ou sobrevivência. Este processo de generalização da protecção social iniciou-se ainda antes da revolução política de 1974. Com efeito, nos últimos anos da década de sessenta e nos primeiros da de setenta, os governos de Marcelo Caetano tomaram iniciativas no sentido de alargar o número de contribuintes e de beneficiários do sistema. Foi nessa altura que uma grande parte de idosos rurais e de empregadas domésticas foi incluída no rol de beneficiários. Depois disso, já em regime democrático, quase todos os governos, por sinceridade programática ou por preocupação eleitoral, tomaram decisões tendentes a aumentar o número de pessoas abrangidas, assim como criaram novos mecanismos de apoio às populações ou a segmentos especiais (deficientes, mulheres, jovens, desempregados, reformados, famílias numerosas, etc.). Já em meados da década de noventa, foi criado o “rendimento mínimo garantido”, que, ao fim de cinco anos, abrangia cerca de 145.000 famílias, num total de perto de 430.000 pessoas.³⁶ Tal como noutros países, também em Portugal surgiram os primeiros problemas financeiros com os dispositivos de segurança social pública. O crescimento muito acelerado do sistema, associado ao envelhecimento rápido da população, faz com que seja necessário que o Estado, há já bastantes anos, cubra anualmente o défice do sistema.³⁷ Actualmente, o número de activos empregados (a descontar para a Segurança Social) é de 1,7 por cada pensionista.³⁸

A escolaridade universalizou-se. O analfabetismo juvenil terminou, sobrando apenas alguns analfabetos adultos e idosos. Dos quase 40 por cento de analfabetos de

³⁵ A principal fonte para as comparações europeias consiste na base de dados “New Cronos” do EUROSTAT.

³⁶ Desde 2002, por razões também de ordem política e ideológica, o “rendimento mínimo garantido” foi legalmente modificado, passou a designar-se “rendimento social de inclusão”, mas, mau grado algumas diferenças de concepção e de organização, mantém as características essenciais de um dispositivo deste género, tal como é conhecido em vários países europeus.

³⁷ As transferências do Estado, por via do orçamento, para a Segurança Social, a fim de compensar a insuficiência de receitas correntes do sistema, podem atingir valores próximos do 4 por cento do produto nacional.

³⁸ Trata-se da rácio mais baixa de toda a União Europeia.

1960, passou-se a uma taxa próxima dos 8 por cento.³⁹ A expansão do sistema escolar atingiu grandes proporções, tendo chegado, pela primeira vez na história, a todo o território e a toda a população. A escolaridade obrigatória (nove anos) é efectiva desde a década de oitenta. Apesar das elevadas taxas de repetição, insucesso e abandono, quase toda a população juvenil até aos quinze anos está escolarizada. Em 1960, o número de estudantes a frequentar o ciclo terminal do ensino secundário era ligeiramente superior a oito mil; é actualmente de cerca de 380.000. A expansão do sistema de ensino superior foi igualmente muito visível, dadas as suas reduzidas dimensões prévias: entre 1960 e 2000, a população estudante a frequentar estabelecimentos de ensino superior passou de 26.000 para mais de 400.000.

De notar, finalmente, que a população dos ensinos básico e secundário, depois de notável crescimento dos anos setenta e oitenta, tem vindo a diminuir de modo flagrante: no 1º ciclo do básico, para metade; no 2º ciclo do básico, 60% do que era em 1985; e no 3º ciclo do básico, 80% do que era em 1992.⁴⁰ No secundário, registou-se primeiro um aumento de enormes dimensões – de 8.000 em 1960 para mais de 475.000 na década de noventa – mas também se verificou depois um decréscimo, a partir de 1997. Desapareceu, finalmente, o analfabetismo na sociedade portuguesa e parece estar garantida a escolarização universal. Mas a formação média da população ainda é relativamente baixa, quando comparada com outros países europeus.

Universalizou-se igualmente o sistema de saúde pública. Depois de uma evolução lenta, já visível durante os anos sessenta, os sistemas de saúde conheceram uma expansão rápida que garantiu a cobertura do território e parece estar ao alcance de toda a população, independentemente das regiões e das localidades, das profissões e das condições sociais.⁴¹ Nos finais da década de setenta, foi criado o Serviço Nacional de Saúde, mas, já antes disso, cerca de dois terços da população se encontravam abrangidos por um qualquer sistema de apoio à doença. O decréscimo da mortalidade infantil, assim como o aumento da esperança de vida, sem falar na diminuição das taxas de mortalidade

³⁹ Estas são taxas de analfabetismo absoluto. As taxas de analfabetismo funcional ou de iliteracia relativa são desconhecidas com rigor. Estimativas de investigadores e das Nações Unidas apontam para valores que rondam os 35 a 50 por cento.

⁴⁰ O sistema oficial de ensino inclui: o ensino básico, com a duração de nove anos, equivalentes à escolaridade obrigatória, dividido em três ciclos; o ensino secundário, com a duração de três anos; e o ensino superior, com dois ramos diferentes e paralelos, o do ensino universitário e o do ensino politécnico.

⁴¹ O que não quer dizer, de forma alguma, que não haja desigualdades sociais perante o sistema de saúde. Nem que a cobertura médica seja eficiente, de qualidade e pronta. Ver, a este propósito, de António Barreto, “Mudança social e saúde”, in “Tempo de incerteza”, op. cit.; e de Manuel Villaverde Cabral (org.), “Saúde e doença em Portugal”, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa 2002.

por doença contagiosa (incluindo a tuberculose), atestam as consequências da expansão dos serviços de saúde pública. Um indicador pode reflectir adequadamente essa evolução: a assistência ao parto, por exemplo, passou de 15 por cento de todos os nascimentos em 1960, para 99.9 por cento em 2001.

A expansão dos sistemas de protecção social foi, desde finais dos anos sessenta, contínua e rápida, tendo sido acelerada por efeitos da revolução política, primeiro, do funcionamento da democracia, depois. Há, todavia, problemas e desequilíbrios que acompanharam esta veloz universalização. Em primeiro lugar, as relativamente baixas prestações sociais. Os montantes das pensões mínimas situam-se à volta dos 200,00 € mensais para as reformas por velhice e dos 150,00 € para as de sobrevivência. Por outro lado, sob o efeito conjugado do envelhecimento da população e do reduzido número de activos por pensionista, antevêm-se dificuldades financeiras a relativamente breve ou médio prazo.

No sector da saúde, apesar dos notórios progressos verificados, existem muitas situações de atraso e ineficiência, constantemente debatidas na imprensa e na actividade política. As “filas de espera” para cirurgia ou consulta, reconhecidas pelos próprios poderes públicos, podem representar, em certos casos, muitos meses ou anos de demora. Ora, já nem sequer se trata de falta de equipamento, de hospitais ou de pessoal profissional. Com efeito, o número de médicos por habitante, por exemplo, é hoje em Portugal superior ao de vários países europeus.

Finalmente, no sistema educativo, mau grado, também, uma formidável expansão do sistema, a verdade é que as taxas de abandono e de repetência são muito altas (o que implica um elevado desperdício de recursos) e que a eficiência dos estabelecimentos educativos é frequentemente posta em causa. No caso do ensino superior, por exemplo, o sistema público foi de tal modo incapaz de responder à procura dos estudantes, que foram criadas, em quinze anos, dúzia e meia de universidades privadas e umas dezenas de escolas superiores igualmente privadas.⁴²

A medíocre eficiência do Estado de protecção social, medida tanto pelos baixos montantes de prestações pagas aos beneficiários da segurança, como pelas disfunções dos sistemas de saúde e educação, fica a dever-se certamente a falta de organização e

experiência, mas também a um real défice de recursos.⁴³ O que pode parecer paradoxal. Com efeito, a despesa pública com a chamada “função social do Estado” atinge hoje níveis iguais ou superiores aos que se conhecem em países europeus desenvolvidos. Com a saúde e a educação, o Estado português gasta uma percentagem do produto nacional superior à de vários parceiros da União.⁴⁴ O problema parece, pois, residir na escassez do produto.⁴⁵

De qualquer modo, estas últimas quatro décadas constituem um período de aumento progressivo e quase constante do bem-estar colectivo e individual. Este progresso deve ser cotejado com a situação de real atraso em que o país se encontrava em 1960. Nesse ano, segundo os Censos oficiais, dispunham de água canalizada 28 por cento das habitações do país; duche ou banho, 19 por cento; instalações sanitárias, 42 por cento; electricidade, 41 por cento; e ligação a esgoto, 38 por cento. Quarenta anos mais tarde, estes valores são, respectivamente: 87; 82; 89; 98; e 91 por cento. Numa primeira fase, até meados dos anos oitenta, o relevo vai para a instalação das infra-estruturas de equipamento colectivo de base: electricidade, água, esgotos, etc. A fundação do Estado democrático e a organização de eleições, nomeadamente para as autarquias locais, tiveram efeitos no ritmo de construção das infra-estruturas colectivas. Muitos dos serviços públicos de água, electricidade, iluminação, esgotos, etc., só chegavam, nos anos sessenta, a menos de metade dos agregados familiares, enquanto hoje é praticamente a totalidade que deles beneficia. Depois, entre os anos oitenta e o final dos anos noventa, chegou o ciclo dos bens de consumo individual e doméstico. Telefone, televisão, máquinas de cozinha e de roupa, automóvel, aparelhagem de música e de fotografia, computadores e telemóveis tiveram notável expansão e generalizaram-se à maior parte dos agregados familiares, sendo que alguns (televisão e telefones, por exemplo) estão presentes em quase 100 por cento dos lares. Quanto aos automóveis, cerca de 60 por

⁴² Portugal é, na União Europeia, o país onde é maior o sector privado no ensino superior. Mais de um quarto dos estudantes frequentam escolas privadas.

⁴³ Apesar de orçamentos elevados, o défice da saúde (dívidas do sistema de saúde às farmácias, aos laboratórios, à indústria farmacêutica, aos hospitais e aos médicos) cifrava-se, no princípio de 2002, em cerca de dois mil e quinhentos milhões de euros (2.500.000.000,00 €).

⁴⁴ Nos anos sessenta, Portugal gastava por ano, com a educação e a saúde, entre 1 e 1,5 por cento do produto nacional, muito longe de qualquer outro país europeu. No final dos anos noventa, essa proporção subiu a mais de 5,5 por cento para a educação e mais de 4,5 para a saúde (sem contar a despesa privada com um e outro sectores).

⁴⁵ O sector da educação ilustra bem esta realidade. Segundo os inquéritos regulares da OCDE (“Education at a glance”, Paris, vários anos), os professores portugueses do ensino básico e secundário são, em termos absolutos e em paridades de poder de compra, os que auferem os mais baixos vencimentos. Mas estão à cabeça na percentagem do produto que representa a massa salarial que lhes é distribuída.

cento dos agregados familiares possuem um. Finalmente, a propriedade de casa própria atingiu níveis raros na Europa (mais de 65 por cento dos agregados familiares são proprietários da casa onde residem).⁴⁶

Todos estes fenómenos são conhecidos e ocorreram noutros países. Com eles, nasceu a sociedade de consumo de massas e desenvolveram-se as classes médias. Ao mesmo tempo, alargaram-se as desigualdades sociais.⁴⁷ Todos os grupos sociais conheceram progressos e aumentos de rendimento indiscutíveis, mas a distância entre os rendimentos superiores e os inferiores aumentou. É possível que a modernização rápida tenha esses efeitos. Mas também é provável que, em cada sociedade, factores institucionais, políticos, culturais e outros, influenciem a distribuição social de rendimento, de tal modo que a maior ou menor desigualdade não dependa essencialmente, ou não dependa simplesmente do nível de rendimento.⁴⁸

Com excepção de três anos (1975, 1984 e 1993), os portugueses conheceram um aumento consistente do produto nacional e do rendimento por habitante. A preços constantes, o rendimento nacional *per capita* aumentou, de 1960 a 1999, cerca de quatro vezes e meia. As remunerações do trabalho aumentaram quase na mesma proporção. As taxas de variação anual do produto nacional e do produto nacional *per capita* tiveram oscilações, mostrando, com excepção dos três anos negativos citados, valores muito altos no período que vai de 1962 a 1972. Período de crescimento sólido, apesar de inferior àquele, foi também o de 1986 a 1992.

As taxas de variação anual das remunerações do trabalho *per capita* confirmam esta evolução: o mais consistente crescimento é o do período que vai de 1961 a 1974, com valores superiores aos do crescimento do produto. São oito os anos em que é negativa a sua evolução: 1976 a 1979, 1983 a 1985 e 1994. Depois de 1974, são poucos

⁴⁶ Este fenómeno não deve ser olhado apenas à luz do progresso económico e da prosperidade dos portugueses. Na verdade, países com rendimentos muito superiores não ostentam valores equivalentes. Quer isto dizer que há outros factores sociais, institucionais, tradicionais e outros, que influenciam o andamento deste indicador. Em Portugal, a débil situação do mercado de aluguer, assim como o sistema de rendas de casa (congeladas ou semi-congeladas), é em parte responsável por este surto de propriedade de casa própria. A habitação é adquirida através de contratos de longa duração (até 25 e 30 anos), enquanto o Estado, pelo seu lado, subsidia bonificações da taxa de juros para os agregados com mais necessidades e sobretudo para os casais jovens.

⁴⁷ Segundo os dados do EUROSTAT, Portugal é o país onde as desigualdades sociais e económicas são mais marcadas; é também aquele em que o maior número de famílias se situa abaixo da “linha de pobreza”, isto é, menos de 50 por cento do rendimento médio nacional.

⁴⁸ Utilizando os coeficientes de Gini, usados pelo Eurostat (serviço de estatística da União Europeia), verifica-se que um país com menor rendimento por habitante do que Portugal (a Grécia), tem índices de desigualdade inferiores; enquanto outros países muito mais desenvolvidos (como o Reino Unido) têm índices semelhantes aos portugueses.

os anos em que o crescimento, por habitante, das remunerações do trabalho, é superior ao do produto: 1974, 1981, 1982, 1989, 1991, 1992 e 1993.⁴⁹

A percentagem dos ordenados e salários no rendimento disponível (por outros termos, a parte do trabalho no rendimento nacional) conheceu também oscilações previsíveis, não só de acordo com a evolução da conjuntura económica, mas também em função da situação política. Os valores dos finais dos anos noventa situam-se à volta dos 46 por cento, muito semelhantes aos do início dos anos sessenta (47 por cento). De 1960 a 1974, a tendência foi de subida gradual, com uma aceleração brusca em 1974, altura em que a taxa chegou aos 60,1 por cento. As consequências imediatas da revolução política e social podem ver-se nesta drástica mutação na distribuição do rendimento. O seu valor máximo foi depois atingido em 1975 (62,3 por cento), para depois decrescer de modo consistente até 1987. A partir de então, voltou a assistir-se a uma lenta recuperação, mas ainda longe dos níveis anteriores. Esta curva acompanha, previsivelmente, a evolução política e social do país. E não deixa de ser digno de nota o facto de a percentagem do trabalho ser, em 1999, praticamente igual ao que era em 1960.

O salário mínimo nacional para a indústria e os serviços, criado em 1974, revela uma interessante evolução. A preços correntes, passou de 3.300 escudos para cerca de 60.000 em 1999. Mas é a preços constantes que se observa uma realidade nem sempre visível: este indicador está hoje ligeiramente abaixo do que estava na década de setenta. Subiu gradualmente até 1980, desceu drasticamente até 1984 (uma quebra superior a 25 por cento), para depois recomeçar uma evolução ascendente, muito lenta, até ao fim da década.

A evolução, de 1981 a 1995, das receitas dos agregados familiares, mostra, a preços constantes, uma subida consistente, proporcional à do produto. Todavia, a observação da sua repartição por categoria sócio-económica revela diferenças importantes. Mau grado o crescimento real de todas, algumas cresceram muito menos e outras distanciaram-se mais dos valores nacionais. As famílias de produtores agrícolas e de assalariados rurais estão, em 1995, mais longe da média nacional. As famílias operárias (das indústrias de transformação), que se encontravam, em 1981, acima da média nacional, estão agora ligeiramente abaixo. Também pioraram a sua situação,

⁴⁹ Os valores máximos de crescimento são os seguintes: produto nacional, 10,5% em 1971; remunerações do trabalho, 14,3% em

relativamente à média nacional, o pessoal administrativo (125 por cento da média nacional contra 130 por cento) e as profissões liberais (208 por cento da média nacional contra 242 por cento). Conheceram um melhoramento real e relativo os quadros técnicos, científicos e de direcção, assim como os empresários não agrícolas.

Quanto à proveniência das receitas dos agregados familiares, sublinhe-se que o trabalho por conta de outrem está em ligeira diminuição; tal como o trabalho por conta própria, o rendimento de propriedades e as remessas dos emigrantes; em crescimento relativo estão a segurança social, os seguros e as receitas em natureza.

Os valores das remunerações e dos ganhos mostram oscilações reflectindo a conjuntura económica e a situação social e política. A evolução dos ganhos médios mensais por sector de actividade, por exemplo, revela que, entre os quatro grandes sectores de actividade, só a “banca e seguros” está nitidamente acima da média nacional e não cessou de aumentar a sua distância relativamente aos outros sectores. Abaixo da média nacional, encontram-se a agricultura e pesca, a indústria transformadora e o comércio. Entre estes, a agricultura desce também em termos relativos; a indústria estabiliza; e o comércio melhora ligeiramente.

Se prestarmos atenção aos níveis de qualificação, verifica-se que foram os quadros superiores e os quadros médios que mais viram aumentar, em termos absolutos e relativos, os seus ganhos médios mensais; e que os profissionais qualificados e não qualificados foram os que sentiram menores melhoramentos. Uma vez mais, foi na banca, nos seguros e no comércio que os ganhos mais subiram, em todos os níveis de qualificação; e na agricultura e na indústria que menos subiram.

Os ganhos médios mensais das mulheres, segundo o sector de actividade e os níveis de qualificação, revelam que a sua situação registou aumentos absolutos a preços constantes e melhorou ligeiramente, na última década, relativamente às médias nacionais e aos homens.⁵⁰ A percentagem dos ganhos médios mensais das mulheres (em todos os sectores de actividade e em todos os níveis de qualificação) era, em 1986, de 80 por cento da média nacional (homens e mulheres incluídos); 79 por cento em 1991; e 82 por cento em 1996.

1974; produto por habitante, 11% em 1971; remunerações do trabalho por habitante, 11,9% em 1970.

⁵⁰ Não é infelizmente possível obter dados comparáveis para outros períodos recentes. As melhores séries de que se dispõe são as relativas a 1986, 1991 e 1996.

As comparações com os restantes catorze países da União Europeia permitem observações interessantes. Nos finais da década de noventa, o produto por habitante, em Portugal, ainda é apenas de três quartos (75,3 por cento) da média europeia.⁵¹ Mas era, na década de sessenta, de menos de metade (45,2 por cento). Em 1960, e até grande parte da década de oitenta, Portugal era, no que diz respeito ao produto por habitante, o último país. Actualmente, situa-se em penúltimo lugar, depois de ter ultrapassado a Grécia na segunda metade da década de oitenta.⁵² A aproximação da Europa, um dos objectivos políticos mais proclamados por quase todos os partidos, foi-se fazendo gradualmente: em quarenta anos, foram recuperados, na exclusiva perspectiva do produto por habitante, cerca de trinta pontos percentuais, num atraso que se mediria antes em 55.

Neste período de quarenta anos, Portugal registou, entre os quinze, a segunda mais elevada taxa de crescimento do PIB por habitante (a seguir à Irlanda). Se considerarmos apenas as três primeiras décadas (1960 a 1990), então Portugal ocupa o primeiro lugar. Nas décadas de sessenta a oitenta, Portugal registou médias anuais de crescimento do produto superiores às da Europa dos quinze. Na década de noventa, surgiram dois anos em que o crescimento português foi inferior: 1993 e 1994.⁵³

No consumo privado por habitante (em PPC), Portugal detinha, em 1960, o último lugar (46,3 por cento da Europa dos quinze), seguido da Grécia (57,3) e da Espanha (63,4). A evolução, até 1999, é paralela à do produto, passando Portugal a 74,4 por cento. Mantém, todavia, o último lugar, dado que na Grécia o consumo privado representa 77,5 por cento do da União e na Espanha 79,2.

As mudanças mais propriamente socio-económicas foram acompanhadas de transformações em todas as outras áreas: políticas, jurídicas, culturais, etc. Assistiu-se ao incremento da formalização jurídica das relações sociais. A integração da população activa, o crescimento económico, a consolidação do capitalismo e o desenvolvimento do mercado tornaram cada vez mais necessários o direito em geral e os contratos em particular. O regime democrático e a escolarização ajudaram os cidadãos a tomar

⁵¹ Todas as comparações são feitas em PPC, Paridades de Poder de Compra.

⁵² Os últimos indicadores relativos aos anos de 2001 e 2002, ainda provisórios, revelam uma aproximação da Grécia, cujo produto por habitante está quase a par do de Portugal.

⁵³ Na década de noventa, as taxas de crescimento anual em Portugal, tal como em quase toda a Europa dos quinze, abrandaram nitidamente. Para Portugal, anuncia-se mesmo, para o triénio de 2000 a 2002, uma taxa inferior à europeia. Neste período, a grande excepção é a da Irlanda, com elevadas taxas de crescimento (superior a 10% em 1997), duas a três vezes superiores às de Portugal e três a quatro vezes superiores às da União Europeia.

consciência dos seus direitos e a procurar formas legais de os defender e garantir. Assim, verificou-se um enorme crescimento da litigância entre 1960 e 2000, mas sobretudo entre 1975 e 2000. O número de processos iniciados anualmente aumentou cerca de três vezes. Os números de magistrados judiciais e de magistrados do ministério público por habitante aumentaram, cada um, cerca de 4,5 vezes; o de advogados aumentou de 8 vezes. Os números de processos iniciados e findos, anualmente, por magistrado, passaram aproximadamente para metade (1.000 para 500); mas o de processos pendentes por magistrado manteve-se a níveis semelhantes.

A nova configuração da cidadania, em resultado da fundação do Estado democrático, implica as liberdades públicas, a afirmação dos direitos individuais e respectivas garantias e a entrada em vigor dos direitos políticos. Abriu-se a possibilidade à participação política, social e cívica. Pela primeira vez na sua história, todos os portugueses, homens e mulheres, civis ou soldados, letrados ou analfabetos, profissionais ou desempregados, podem eleger o Chefe de Estado, os representantes no Parlamento nacional, os dirigentes locais e as assembleias autárquicas representativas.

Com as liberdades e sob a influência de uma sociedade cada vez mais aberta ao mundo, liberalizaram-se os costumes, progrediu a permissividade e afirmou-se a laicização da sociedade e dos comportamentos. A Igreja, as Forças Armadas e os grandes corpos de Estado têm hoje menos influência na sociedade. Ou antes, a sua influência é hoje partilhada e discutida, eventualmente contestada. Não só a Igreja vive numa sociedade diferente, como ela própria mudou.⁵⁴

A sociedade conheceu um processo de diversificação cultural, étnica e religiosa, acompanhado pelo estabelecimento do pluralismo político. Pela primeira vez, desde há vários séculos, a Igreja católica vive em coexistência (e competição) com outras igrejas, outros cultos e outras religiões. As religiões islâmicas, hindus e animistas têm actualmente milhares de adeptos e as suas formas de culto são livres e públicas. As igrejas protestantes e reformadas estabelecidas abriram as suas portas, sem receios nem olhares indiscretos. Outras formas de culto cristãs (incluindo as vulgarmente designadas “seitas”, com origem nos Estados Unidos e na América Latina) conheceram, em duas

⁵⁴ O Concílio Ecuménico Vaticano II teve indiscutíveis repercussões na Igreja portuguesa. Esta, até meados dos anos sessenta, vivia em muito estreita ligação com o governo. Depois do Concílio, muitos católicos portugueses sentiram-se estimulados a debater as questões social, política e colonial, como raramente o fizeram antes.

décadas, um êxito seguro, reclamam dezenas de milhares de fieis, adquiriram edifícios de culto e realizam as suas reuniões em locais públicos. Nas ruas das cidades e até nas explorações agrícolas e nas pequenas vilas ouve-se falar uma grande variedade de línguas (latinas, creoulas, africanas, eslavas, etc.), o que é uma novidade na história recente do país. Este clima de pluralismo linguístico e religioso, em grande parte resultado da descolonização e da imigração, acompanha a abertura política efectuada e a diversidade partidária inaugurada em meados dos anos setenta. Ao mesmo tempo, as influências da cultura de massas de uma sociedade da era da globalização exercem-se quotidianamente e sem entraves na televisão, no cinema, na música, nas escolas, na imprensa, nas férias no estrangeiro ou nas férias de estrangeiros em Portugal, na Internet, etc. Pertencem ao passado os tempos da sociedade fechada, homogénea, de informação controlada, de cultura tradicional e de etnia única.

O novo clima democrático, estabelecido depois de 1974 e ultrapassado que foi um agitado período revolucionário, teve consequências em todos os planos da sociedade: alteraram-se as relações sociais e funcionais nas empresas, nas organizações e nas instituições. Pretendeu-se, ora com candura, ora com malícia, que toda a sociedade se regesse por princípios, regras e métodos democráticos (eventualmente colegiais) de decisão. Despertaram-se direitos e criaram-se hábitos de participação e consulta, por vezes pacificamente, por vezes em conflito. Em muitas instituições públicas, como as escolas, as universidades, os hospitais e outras, adoptaram-se sistemas destinados a promover a participação e a consulta dos cidadãos e dos utentes. Desenvolveram-se gradualmente as relações sociais contratuais e negociadas. Assistiu-se ao declínio dos princípios da autoridade indiscutível do Estado e dos poderes constituídos, não sem que, frequentemente, haja quem pense que mesmo a autoridade democrática é posta em causa. A reverência e a subserviência, que, por atavismo ou medo, estiveram tão presentes durante mais de metade do século XX, deram lentamente lugar a uma sociedade, não necessariamente de igualdade de oportunidades, mas de condições iguais. A partir dos anos setenta, sobretudo depois de instaurada a democracia, tornou-se visível o crescimento das acções, dos mecanismos e das instituições de defesa de direitos e de representação: sindicalismo, defesa do consumidor, protecção dos utentes, defesa de

interesses específicos, etc..⁵⁵ Após um período de grande conflitualidade social e política (durante os anos da revolução e nos que se seguiram imediatamente), a concertação social e a negociação colectiva têm-se imposto como métodos predominantes. As greves e outros conflitos laborais tornaram-se raros, fenómeno a que não deve estar estranho o declínio do recrutamento sindical. Além disso, os principais conflitos laborais ocorrem actualmente no sector público ou no que dele resta (transportes e Administração Pública, designadamente). Aliás, um indicador do ambiente de concertação é certamente o clima relativamente pacífico em que se processou a reprivatização das empresas e do sector público. A muito que já era do Estado, antes da revolução, veio acrescentar-se, entre 1974 e 1976, um enorme volume de empresas que constituíam o mais importante da economia do país.⁵⁶ Ora, a partir de finais da década de oitenta, iniciou-se um vasto programa de reprivatização de empresas e de abertura ao capital privado de sectores anteriormente em monopólio estatal, o que foi levado a cabo pelos governos de dois partidos diferentes, sem que tal processo, mau grado polémicas intensas, tenha criado conflitos políticos ou aberto rupturas sociais.⁵⁷

Este clima e os dispositivos acima referidos não são, todavia, fonte de participação cívica e política. Pelo menos não parece responderem às expectativas que o legislador e as autoridades neles depositavam. É muito difícil obter a participação dos pais nas escolas básicas e secundárias. A associação das empresas e de outros interesses à condução da vida universitária é muito débil. A participação das autarquias e das associações privadas nos conselhos “consultivos” e “gerais” de várias instituições públicas (como os grandes hospitais, por exemplo), é praticamente inexistente, apesar de estarem preenchidas as condições legais para tal fim. A associação dos consumidores e dos utentes a toda a espécie de serviços públicos é, quando existe, rara e frágil. A abstenção eleitoral é talvez um indicador do clima geral de participação. Depois de, nos

⁵⁵ Assinale-se que, depois de um crescimento muito significativo do sindicalismo (em número de associados, em actividades e em importância política), se assistiu, a partir dos finais dos anos oitenta, a um real declínio deste movimento. O que não é muito diferente do que vai acontecendo noutros países europeus e está relacionado com o desemprego crónico, a imigração, o emprego precário, os métodos da “economia paralela”, a diversificação das classes trabalhadoras e a diminuição de importância da população operária industrial tradicional.

⁵⁶ A quase totalidade da banca, uma grande parte dos seguros, os transportes públicos (rodoviários, aéreos, marítimos, ferroviários), a produção e a distribuição de electricidade, as telecomunicações, a siderurgia, a fundição, o cimento, os adubos, os petróleos, o gás, a televisão, o rádio, os principais jornais, uma parte importante da metal-mecânica, uma fracção considerável da construção e da reparação naval, etc.

⁵⁷ A reprivatização da economia e das empresas só foi possível depois de revista a Constituição, que a interditava. A revisão foi feita na segunda parte da década de oitenta, graças à colaboração dos dois maiores partidos, um da esquerda e um da direita: o PSD (Partido

anos setenta e oitenta, Portugal ter registado altíssimas taxas de participação eleitoral, a abstenção tem vindo a crescer significativamente: de modo mais rápido, aliás, do que em todos os outros países membros da União Europeia.⁵⁸

Com a fundação do Estado democrático, exerceram-se pressões em toda a sociedade para que a democratização fosse real em todas as actividades colectivas, não apenas na vida política. Com relativa rapidez, as formas de paternalismo, de despotismo burocrático, de secretismo da Administração Pública, de segregação social e de favoritismo foram sendo reduzidas. A consciência dos direitos de cada um e a certeza da igualdade perante a lei foram sendo reais. Comparando a situação de hoje com a de há quarenta anos, é fácil concluir que a participação política, cívica e social aumentou muito consideravelmente. Mas tal facto dever-se-á sobretudo aos efeitos da fundação do regime democrático. Se se olhar para um período mais recente, dez a vinte anos, então as conclusões deverão ser diferentes. Na verdade, tem-se assistido a um declínio muito marcado da participação social e cívica, designadamente nos clubes e associações locais e de bairro, incluindo agremiações culturais, de entre-ajuda e desportivas, assim como no associativismo profissional. A nova cultura de massas, o crescimento dos aglomerados suburbanos, a separação da trabalho e da residência, a expansão da televisão e outros factores terão em grande parte destruído um velho tecido associativo. Por outras palavras, comparando a actualidade com os tempos de há quarenta anos, assistiu-se a dois processos aparentemente contraditórios. Um aumento da participação e das respectivas instituições e associações nas actividades e nos sectores relacionados com a vida política, a defesa de interesses profissionais e económicos, o sindicalismo e o associativismo patronal. E uma diminuição visível das formas de participação social e cultural, de carácter voluntário, repousando em tradições locais.

Certas formas de participação cívica e social regridem igualmente, sendo o exemplo do sindicalismo o mais evidente. Pelo que se sabe hoje, a taxa de filiação sindical é muito menor do que nos finais dos anos setenta. A capacidade de mobilização e de recrutamento dos sindicatos não tem cessado de baixar. Entre outros fenómenos que

Social Democrata), então no governo, e o PS (Partido Socialista), na oposição. As medidas práticas que tomaram a privatização efectiva foram iniciadas pelo PSD, de 1989 a 1995; e continuadas, sem quebra de ritmo, pelo PS, de 1995 a 2002.

⁵⁸ Ver André Freire e Pedro Magalhães, "A abstenção eleitoral em Portugal, 1975-2001", Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa 2002. Nas eleições mais competitivas, as legislativas e as municipais, a abstenção atingiu, nos últimos anos, os 38 por cento. Nas presidenciais e nas europeias, situa-se, respectivamente, perto dos 50 e dos 60 por cento.

estarão na origem desta tendência, haverá a mencionar a privatização de empresas e sectores públicos que terá constituído factor de desmobilização sindical. Há uma correlação estatística, pelo menos: as mais enérgicas acções sindicais, incluindo greves, têm lugar no sector público. Além disso, o muito considerável fluxo de imigrantes estrangeiros causou, como em muitos outros países, uma relativa retracção sindical. Os mercados paralelos de força de trabalho e os empregos precários influenciam no mesmo sentido.

Outras formas de participação cívica e social, incluindo religiosa, tanto no plano nacional como local, têm tido uma evolução diferenciada. São vários os domínios em que são nítidos os progressos do associativismo e das conseqüentes intervenções, tentativa de influência e defesa de interesses: certas formas de voluntariado, ajuda internacional, ecologia e ambiente, expressão cultural, defesa do consumidor e do utente, etc.⁵⁹ Mas muitas associações antigas viram terminar a sua vida. Nas cidades com alguma história e nos bairros antigos, a maior parte das associações está de portas fechadas e é difícil, aos últimos “resistentes”, conseguir colaboração ou mesmo associados. A “cultura de massas” arrefeceu o ânimo associativo de muitas pessoas.

Conclusões

Em meados do século XX e até ao fim dos anos sessenta, Portugal exhibia vários títulos que o distinguiam da maior parte dos países europeus ocidentais. O mais antigo e durável império colonial ultramarino, o único, aliás, ainda existente. A mais longa ditadura pessoal moderna. O país onde eram mais elevadas as taxas de analfabetismo e de mortalidade infantil. A mais jovem população, com a mais elevada natalidade e a mais baixa esperança de vida à nascença. O menor número de médicos e de enfermeiros por habitante. O mais baixo rendimento por habitante. A menor produtividade por trabalhador. A maior população agrícola e a menor taxa de industrialização. O menor

⁵⁹ É conhecida a dependência de muitas novas organizações e associações dos financiamentos do Estado e da União Europeia. Como estas entidades, Estado nacional e União Europeia, pretendem ver legitimada a sua actuação, estabeleceram múltiplos mecanismos destinados a promover o associativismo e a participação. Os subsídios e o financiamento de projectos são as vias mais frequentes. De igual modo, é também conhecida a crescente dependência das associações desportivas dos financiamentos oficiais. O mecanismo é idêntico: o Estado, à procura de legitimação (eventualmente de apoio eleitoral), criou uma rede densa de apoios financeiros aos clubes desportivos e às suas actividades associativas e federativas, o que por vezes envolve também actividades comerciais, económicas e imobiliárias.

número de alunos no ensino básico e de estudantes no ensino superior. O menor número de pessoas abrangidas pelos sistemas de segurança social. A todos estes títulos, ainda se acrescentaria um último, em meados dos anos setenta, o do país que conheceu, tal como foi reconhecida pelos seus protagonistas e consagrada na Constituição, a última “revolução socialista” na Europa. Que foi rapidamente derrotada e acabou por ser simplesmente uma revolução democrática.

É possível que, em qualquer “ranking” hoje elaborado, Portugal ainda ocupe o último lugar, num ou noutra indicador que sintetize o grau de desenvolvimento. Mas já não é assim em todos os casos. E, sobretudo, os indicadores sociais estão hoje muito mais próximos das médias europeias. A sociedade portuguesa conheceu um processo de mudança de extraordinária rapidez, a que não faltaram acontecimentos políticos de primeira importância, como a ruptura com o tradicional ultramar, uma revolução política e a fundação de um regime democrático. Para além de outros factores que terão responsabilidades nesta mudança, a abertura ao exterior (comércio livre, emigração, turismo e integração europeia) está na origem das mais importantes transformações, incluindo o crescimento económico dos anos sessenta.

A rapidez da mudança, associada à posição periférica de Portugal e à pobreza geral de recursos, está entre as primeiras causas dos desequilíbrios entretanto criados. Ao fim de quarenta anos de evolução acelerada e de aproximação constante dos níveis de desenvolvimento europeus, o país encontra-se, no início do século XXI, a braços com uma sempre muito baixa produtividade, a falta de capital e de organização empresarial e a escassez de recursos financeiros públicos. Ora, as expectativas e as aspirações dos portugueses são hoje, numa sociedade aberta e plural, as de qualquer cidadão dos mais desenvolvidos e ricos países europeus. A distância entre as aspirações e as capacidades de as satisfazer é seguramente um traço comum a todas as sociedades. Mas, em Portugal, essa clivagem é mais marcada do que em qualquer outro país europeu ocidental.

Pela primeira vez na sua história recente, a vida económica, social e política portuguesa está profundamente ligada à da Europa ocidental, com a qual partilha os modelos de instituições e os padrões de desenvolvimento. Nesse sentido, o país e a sociedade deixaram de ser diferentes. Esta verdadeira mutação foi efectuada em pouco tempo, num período concentrado da história contemporânea, durante o qual a sociedade

revelou uma plasticidade muito superior à que seria de esperar, depois de longas décadas de paternalismo autoritário. Todavia, os desequilíbrios e as insuficiências são ainda muito evidentes: nas estruturas produtivas, na eficiência dos sistemas de protecção social e no capital humano e social. De qualquer modo, entre os factores responsáveis pela mudança social, aquele que parece ter desempenhado o mais relevante papel de estímulo foi a abertura ao exterior.